



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS - Quadra 6 - Lote 1 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF

PROCESSO STJ N. 021049/2024

CONTRATO STJ N. 5/2025



DADOS SOBRE A EMPRESA CONTRATADA		
CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE		
CNPJ: 61.600.839/0001-55		
ENDEREÇO: Rua Tabapuã, 445, Itaim Bibi		
CIDADE: São Paulo	UF: SP	CEP: 04533-011
TELEFONES: (61) 99661-3254; 99977-3565; 99661-3254; 99977-3565		
E-MAIL: cni@ciee.org.br		
REPRESENTANTE: JULIO CÉSAR DA SILVA		

DADOS SOBRE O CONTRATO
OBJETO: Prestação de serviço contínuo de agente de integração para intermediar a realização de estágio supervisionado remunerado no CONTRATANTE.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, e Decreto n. 8.538, de 06 de outubro de 2015.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO n. 90111/2024
VALOR DO CONTRATO: R\$ 25.346.904,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e quatro reais)
OBSERVAÇÕES: A CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE garantia contratual, nos termos definidos na CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA .
Documentos referenciados e seu protocolo SEI: Termo de Referência - versão 8 (protocolo SEI 5898017) e proposta de preços (protocolo SEI 5983643)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Nota de Empenho	Data	Programa de Trabalho Resumido	Natureza da Despesa	Tipo	Valor (R\$)
2025NE112	16/01/2025	203839	339039	Global	1.056.121,00



SUMÁRIO

PRIMEIRO DO OBJETO	
SEGUNDO DA EXECUÇÃO	
TERCEIRO DA SUBCONTRATAÇÃO	
QUARTO DOS PRAZOS	
QUINTO DO RECEBIMENTO DO OBJETO	
SEXTO DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	
SÉTIMO DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE	
OITAVO REQUISITOS DE ACESSIBILIDADE	
NONO DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO	
DÉCIMO DO PREÇO	
DÉCIMO DO REAJUSTE	
PRIMEIRO	
DÉCIMO DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SEGUNDO	
DÉCIMO DO FATURAMENTO, DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO	
TERCEIRO	
DÉCIMO DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	
QUARTO	
DÉCIMO DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	
QUINTO	
DÉCIMO DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	
SEXTO	
DÉCIMO DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	
SÉTIMO	
DÉCIMO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO	
OITAVO	
DÉCIMO DA EXTINÇÃO CONTRATUAL	
NONO	
VIGÉSIMO DAS ALTERAÇÕES	
VIGÉSIMO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÍCIOS	
PRIMEIRO	
VIGÉSIMO DA PUBLICAÇÃO	
SEGUNDO	
VIGÉSIMO DO FORO	
TERCEIRO	
VIGÉSIMO DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	
QUARTO	
	ANEXO
I	TERMO DE CESSÃO DE USO



PROCESSO n. STJ 21049/2024**CONTRATO STJ n. 05/2025**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 05/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, E DO CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE

O Superior Tribunal de Justiça, órgão integrante do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 00.488.478/0001-02, com sede no SAF Sul, Quadra 6, Lote 01, Brasília-DF, neste ato representado por seu secretário de Administração, **RUI MOREIRA DE OLIVEIRA**, nomeado pela Portaria n. 467, de 22 de agosto de 2024, publicada no DOU de 23 de agosto de 2024, denominado CONTRATANTE, e o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, inscrito no CNPJ sob o n. 61.600.839/0001-55, sediado na Rua Tabapuã, 445, Itaim Bibi, São Paulo/SP, designado CONTRATADA, neste ato representado por seu Procurador, **JULIO CÉSAR DA SILVA**, conforme os poderes constantes na procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo STJ/SEI n. 21049/2024 e em observância às disposições da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, **RESOLVEM CELEBRAR** o presente termo de contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO 90111/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato a prestação de serviço contínuo de agente de integração para intermediar a realização de estágio supervisionado remunerado no CONTRATANTE, conforme condições dispostas neste contrato e no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. o Edital de Licitação - Protocolo SEI ([5904839](#));

1.2.2. o Termo de Referência n. 0158/2024 - versão 8 - Protocolo SEI ([5898017](#));

1.2.3. a Proposta da CONTRATADA - Protocolo SEI ([5983643](#));

1.2.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.



CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1. A contratada deverá realizar no máximo 4 processos seletivos ao ano.

2.1.1. O quantitativo de seleções apresentado se justifica tendo em vista que, historicamente, alguns cursos têm número reduzido de aprovados, o que faz com que as listas de classificados se esgotem ao longo do ano, sendo necessária a realização de novos processos seletivos para suprir a demanda interna.

2.2. A CONTRATADA deverá prestar os serviços nos prazos máximos determinados no Termo de Referência, anexo a este contrato, bem como descritos abaixo:

2.2.1. Recrutamento e seleção dos estagiários:

2.2.1.1. A CONTRATADA terá o prazo de 1 (um) dia útil, a contar da publicação dos editais no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, para disponibilizar, no sítio da CONTRATADA na internet, cópia dos editais de abertura dos processos seletivos.

2.2.1.2. A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da disponibilização dos editais no sítio da CONTRATADA na internet, para dar início às inscrições dos candidatos, gratuitamente, por meio desse sítio, por período a ser indicado pelo CONTRATANTE.

2.2.1.3. A CONTRATADA deverá divulgar, no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação das provas objetivas e discursivas, gabarito preliminar das provas objetivas no seu sítio, na internet.

2.2.1.4. A CONTRATADA terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da divulgação do gabarito preliminar das provas objetivas, para receber os recursos interpostos pelos candidatos.

2.2.1.4.1. A CONTRATADA terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, a contar do recebimento, para analisar e responder aos recursos interpostos pelos candidatos.

2.2.1.5. A CONTRATADA terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do término do período de análise dos recursos, para divulgar o gabarito oficial das provas objetivas no seu sítio, na internet.

2.2.1.6. A CONTRATADA terá até 7 (sete) dias úteis, a contar da divulgação do gabarito oficial das provas objetivas, para enviar ao CONTRATANTE, para fins de verificação, as listas contendo o resultado final do processo seletivo para cada curso/semestre, por ordem de classificação, devendo constar somente os nomes dos candidatos que obtiverem nota mínima para aprovação, observada a ordem decrescente dos pontos.



- 2.2.1.7. A CONTRATADA terá até 7 (sete) dias úteis, a contar da divulgação do gabarito oficial das provas objetivas, para enviar ao CONTRATANTE, para fins de verificação, as listas de cada processo seletivo, contendo a relação de todos os candidatos não classificados que participaram das provas, bem como a nota obtida em cada prova.
- 2.2.1.8. A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da divulgação do gabarito oficial das provas objetivas, para divulgar o resultado final do processo seletivo no seu sítio na internet.
- 2.2.1.9. A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE, no dia de divulgação do resultado final no sítio eletrônico da contratada, as listas com o resultado final de cada processo seletivo, por meio de correspondência eletrônica, em ordem alfabética e em ordem de classificação, com as seguintes informações: nome completo, data de nascimento, RG, CPF, endereço residencial, telefones de contato, endereço eletrônico, instituição de ensino, área de formação/curso, horário de aula, semestre que está matriculado no ato da inscrição e nota obtida em cada prova.
- 2.2.1.10. A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE, no dia de divulgação do resultado final no sítio eletrônico da contratada, as listas de cada processo seletivo, por meio de correspondência eletrônica, em ordem alfabética, contendo a relação de todos os candidatos (classificados e não classificados) que participaram das provas, bem como a nota obtida em cada prova.
- 2.2.1.11. A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da divulgação do resultado final no sítio eletrônico da CONTRATADA, o relatório final de cada processo seletivo, com todos os dados referentes à seleção, como: número de inscritos por curso, número de candidatos que realizaram as provas, número de candidatos ausentes, número de candidatos aprovados, número de candidatos reprovados, número de recursos interpostos, ocorrências registradas nos dias de seleção.
- 2.2.1.12. Os prazos relativos às etapas dos processos seletivos poderão ser alterados, conforme necessidade do CONTRATANTE e definido em edital.
- 2.2.1.13. A CONTRATADA terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da solicitação do CONTRATANTE, para encaminhar estudantes para entrevista.
- 2.2.1.14. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da solicitação do CONTRATANTE, para entregar o Termo de Compromisso de Estágio aos estudantes selecionados.
- 2.2.1.15. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da solicitação do CONTRATANTE, para emitir Termo de Compromisso de Estágio e Termo Aditivo para servidor do CONTRATANTE ou empregado terceirizado, a serviço do CONTRATANTE,



que tenha interesse em realizar o estágio supervisionado não remunerado no CONTRATANTE, sem ônus ao CONTRATANTE.

2.2.1.16. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a partir da solicitação do CONTRATANTE, para emitir Termo de Compromisso de Estágio por ocasião de mudança de instituição de ensino dos estudantes.

2.2.1.17. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a partir da solicitação do CONTRATANTE, para emitir Termos Aditivos contemplando as alterações ocorridas no decorrer do estágio dos estudantes, tais como: prorrogação de estágio; mudança de horário, supervisor, unidade, atividades, etc.

2.2.2. Pagamento dos estagiários:

2.2.2.1. A CONTRATADA deverá encaminhar, no primeiro dia útil após o recebimento da folha de pagamento gerada pelo CONTRATANTE, documento de cobrança referente ao valor da bolsa-auxílio e do auxílio-transporte concedidos no mês anterior.

2.2.2.2. A CONTRATADA deverá efetuar, no prazo de até 3 (três) dias úteis após a data de emissão da ordem bancária em seu favor, o crédito do valor da bolsa e do auxílio-transporte na conta do estagiário.

2.2.3. Acompanhamento do estagiário:

2.2.3.1. A CONTRATADA deverá realizar, pelo menos uma vez ao ano, o acompanhamento in loco do estagiário.

2.2.3.2. A CONTRATADA deverá avaliar os estágios realizados, pelo menos uma vez ao ano.

2.2.3.3. A CONTRATADA deverá realizar, pelo menos uma vez por ano, palestra/encontro de cunho educativo, com todos os estagiários.

2.2.4. Acompanhamento da vida escolar do estudante:

2.2.4.1. A CONTRATADA deverá acompanhar, com periodicidade mínima de seis meses, a situação escolar dos estudantes que realizam estágio, devendo enviar, ao início de cada semestre, relação daqueles que se encontrarem em situação irregular ou, em caso negativo, encaminhar nada-consta.



2.2.4.2. A CONTRATADA deverá entregar, ao final do estágio, termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

2.2.5. Gerenciamento do processo:

2.2.5.1. A CONTRATADA deverá controlar e informar ao CONTRATANTE os vencimentos dos Termos de Compromisso de Estágio, com pelo menos 60 (sessenta) dias corridos de antecedência, para as providências de substituição ou prorrogação.

2.2.5.2. A CONTRATADA terá até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do início da vigência do contrato, para enviar, por meio eletrônico, cópia da apólice do seguro contra acidentes pessoais contratado em favor dos estagiários do CONTRATANTE.

2.2.6. Exames médicos ocupacionais:

2.2.6.1. A CONTRATADA deverá realizar o exame médico admissional, obrigatoriamente:

2.2.6.1.1. Até 90 (noventa) dias corridos, a contar do início da vigência do contrato, para todos os estagiários ativos do CONTRATANTE à época.

2.2.6.1.2. Até 2 (dois) dias úteis antes do início das atividades pelo estagiário neste CONTRATANTE, para todos os estudantes que vierem a ser contratados.

2.2.6.2. A CONTRATADA deverá realizar o exame médico periódico:

2.2.6.2.1. Até 90 (noventa) dias corridos, a contar do início da vigência do contrato, para todos os estagiários ativos do CONTRATANTE menores de 18 anos e maiores de 45 anos de idade.

2.2.6.2.2. Anualmente, para todos estagiários que vierem a ser contratados, quando se tratar de estudantes menores de 18 anos e maiores de 45 anos de idade.

2.2.6.2.3. A CONTRATADA deverá realizar o exame médico demissional, obrigatoriamente, até 2 (dois) dias úteis após o término do estágio pelo estudante e desde que não tenha sido realizado outro exame, admissional ou periódico, nos últimos 90 (noventa) dias corridos.

2.2.6.2.4. A CONTRATADA estará obrigada a realizar os exames médicos ocupacionais, na forma descrita, desde que o CONTRATANTE possua Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais - PPRA e que tais instrumentos contemplem os estagiários.

2.2.7. Transição e desmobilização contratual:

2.2.7.1. O período de transição terá duração de 30 (trinta) úteis dias que antecedem o término da vigência do contrato.

2.2.7.2. Fica certo que, no período de transição, a CONTRATADA permanecerá responsável por todas as obrigações constantes neste contrato e no Termo de Referência, de forma a assegurar a regularidade e a continuidade dos serviços.

2.2.7.3. A CONTRATADA apoiará a empresa que a estará sucedendo, fornecendo informações e todo auxílio necessário à transição, inclusive, mas não limitando-se, ao que se refere a:

- a. banco de dados contendo informações cadastrais de todos os estagiários ativos à época da transição tais como: nome completo, data de nascimento, RG, CPF, endereço residencial, telefones de contato, instituição de ensino, área de formação/curso, semestre/ano que está matriculado, horário de aula, endereço eletrônico, dados bancários, dentre outros, mediante expressa autorização de todos estudantes ativos concedida por meio de formulário eletrônico encaminhado por ocasião da contratação do novo agente de integração
- b. banco de dados contendo listagem das instituições de ensino com as quais os estagiários ativos possuem vínculo, a fim de que a empresa sucessora possa efetuar o convênio com todas essas entidades para emissão de novos termos de compromisso de estágio;
- c. banco de dados contendo informações relativas a cada processo seletivo vigente, constando a situação dos candidatos aprovados, dos contatos realizados, das convocações, das contratações, das desistências, etc;
- d. controles financeiros, contábeis e bancários relativos às faturas já emitidas e ainda não pagas até a data prevista para o término do período de transição, quando couber.

2.2.7.4. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) úteis dias que antecedem a data final da vigência contratual para tomar todas as providências necessárias à desmobilização técnica e operacional dos serviços contratados, bem como por todas as obrigações legais, fiscais, previdenciárias e/ou trabalhistas. No caso de rescisão unilateral ou amigável, a CONTRATADA será notificada sobre a data final do contrato.

2.2.7.4.1. No período de desmobilização, a CONTRATADA deverá prestar os serviços em sua estrutura própria no Distrito Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1. Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, observando o seguinte:

4.1.1. os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;

4.1.2. os prazos expressos em meses serão computados de data a data, exceto se não houver o dia equivalente àquele do início, hipótese na qual se considera como termo o último dia do mês;

4.1.3. os prazos expressos em anos serão computados de data a data;

4.1.4. nos prazos expressos em dias úteis serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no CONTRATANTE;

4.1.5. o prazo será prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente no CONTRATANTE, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica;

4.1.6. só se iniciam e vencem os prazos definidos neste contrato e seus anexos em dias de expediente no CONTRATANTE.

4.2. O CONTRATANTE responderá o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 76 dias úteis, a contar da solicitação, conforme roteiro de tramitação especificado na [Instrução Normativa STJ/GDG n. 13/2020](#).

4.2.1. O prazo ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da força maior, caso fortuito ou fato príncipe, fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 5.1. Os prazos e as condições de recebimento do objeto estão detalhadas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. As regras relativas à gestão e à fiscalização da contratação, e os respectivos responsáveis, estão definidas no Termo de Referência, anexo a este contrato, e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do CONTRATANTE.

- 6.1.1. A fiscalização deste contrato será realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática pela equipe de gestão designada pelo secretário de Administração do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

- 7.1. A CONTRATADA deverá adotar as normas federais, estaduais e distritais e declarar ter conhecimento da Política de Sustentabilidade do CONTRATANTE, dando cumprimento aos dispositivos da Instrução Normativa STJ/GDG n. 4 de 16 de janeiro de 2024.

- 7.1.1. Os seus profissionais deverão estar informados sobre as boas práticas voltadas ao consumo consciente, à redução de desperdício e à coleta seletiva, com o objetivo de contribuir para a preservação do meio ambiente e dos recursos públicos.

CLÁUSULA OITAVA - REQUISITOS DE ACESSIBILIDADE

- 8.1. Às estudantes mulheres e aos estudantes com deficiência, negros (pretos ou pardos) e indígenas brasileiros serão reservadas cotas a serem definidas em edital de divulgação do processo seletivo, do qual participarão em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere aos conteúdos das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação de provas e à nota mínima exigida para aprovação.



- 8.2. Os estudantes com reserva de cotas, aprovados em processo seletivo, possuem prioridade na convocação para preenchimento das vagas de estágio que surgirem e forem compatíveis com o seu perfil.



- 8.3. A reserva de cotas para negros e indígenas é definida de acordo com com a Resolução CNJ nº 541/2023 e Lei nº 12.990/2014.

8.4. Para pessoas com deficiência, fica assegurado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas em consonância com o §5º do art. 17 da Lei 11.788/2008.

8.4.1. A CONTRATADA deverá declarar ter conhecimento da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), que possui agentes capacitados em normas e padrões de acessibilidade e que esses agentes estão aptos a oferecer atendimento adequado às necessidades de pessoas com diferentes tipos de deficiência ou mobilidade reduzida, considerando as atribuições do agente de integração previsto no art. 5º da Lei nº 11.788/2008.

8.5. Deverá ser observada, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres com perspectiva interseccional de raça e etnia de acordo com a Resolução CNJ nº 255/2018, alterada pela Resolução CNJ nº 540/2023.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

9.1. A vigência do presente contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 23/01/2025, prorrogáveis sucessivamente por até dez anos, na forma do [artigo 107 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

9.2. A prorrogação deve ser materializada pela juntada dos seguintes elementos:

- a. relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b. justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- c. comprovação de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;
- d. manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- e. comprovação de que a CONTRATADA mantém as condições exigidas para a habilitação na licitação;
- f. atestação da existência de créditos orçamentários vinculados à contratação;
- g. existência de créditos orçamentários consignados ao CONTRATANTE no Orçamento Geral da União a cada exercício financeiro.

9.2.1. O CONTRATANTE não poderá prorrogar o contrato quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária, impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

9.2.2. A prorrogação deve ser autorizada pela autoridade competente e promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da unidade de assessoramento jurídico do CONTRATANTE.

9.3. Será consultada a situação da CONTRATADA no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, nos termos do art. 6º, III, da Lei n. 10.522/2002.

9.3.1. A existência de registro no Cadin, quando da consulta prévia de que trata o art. 6º, constitui fator impeditivo para prorrogação do contrato nos termos previstos no inciso III do *caput* do art. 6º, conforme art. 6º- A da Lei 10.522/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PREÇO

10.1. As partes ajustam que os preços dos serviços são os constantes da Proposta apresentada pela CONTRATADA em 09/01/2025, conforme documento SEI [5983643](#):

Especificação do Objeto	Quantidade (a)	Valor Bolsa (R\$) (b)	Auxílio Transporte (R\$) (c)	Receita Institucional por Bolsa (R\$) (d)	Valor Mensal (R\$) (e) $(b+c+d)*a$	Preço Total (R\$) $= (f) = (e)*24$
Contratação de Empresa Especializada em Estágio - Bolsas de Nível Médio (20h)	87	583,00	297,00	35,00	79.605,00	1.910.520,00
Contratação de Empresa Especializada em Estágio - Bolsas de Nível Superior (20h)	439	976,00	297,00	35,00	574.212,00	13.781.088,00
Contratação de Empresa Especializada em Estágio - Bolsas de Superior (30h)	224	1.464,00	297,00	35,00	402.304,00	9.655.296,00
Contratação de Empresa Especializada em Estágio - Estágio Supervisionado	5	-	-	-		-

não remunerado						
Total	755				1.056.121,00	25.346.904,00

10.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.1.1. Considera-se a data de orçamento estimado o dia 18/07/2024.

11.2. Decorrido o prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, o valor da receita institucional poderá ser reajustado, mediante negociação entre as partes tendo como limite a variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2.1. O início da abertura de negociação do reajuste poderá ser realizado tanto pelo CONTRATANTE quanto pela CONTRATADA.

11.2.2. A inércia da CONTRATADA na resposta à negociação implicará na aceitação tácita da variação apurada pelo CONTRATANTE.

11.3. Nos reajustes subsequentes, será observado o mesmo interregno mínimo utilizado para a concessão do primeiro reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, o reajustamento poderá ser calculado pela última variação conhecida (aferição parcial), aplicando-se a diferença correspondente tão logo seja divulgado o(s) índice definitivo(s).

11.5. Nas aferições finais, o reajuste terá como limite a variação acumulada definitiva do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período.

11.6. O reajuste será calculado a partir da variação apurada pelo fator de correção monetária (FCM), considerando-se as seguintes fórmulas:

11.6.1. **$Pr = P + (P \times I)$** , onde: Pr = preço reajustado (após o reajuste); P = preço atual (antes do reajuste); I = índice de preços acumulado no período, de forma que $(P \times I)$ significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

11.6.2. **$I = (FCM - 1)$** , onde: I = índice de preços acumulado no período; FCM = fator de correção monetária acumulado no período, calculado, por sua vez, mediante as seguintes fórmulas:

a. **$FCM = (f_1 \times f_2 \times \dots \times f_n)$** , onde: f_1 a f_n correspondem aos fatores de correção monetária do mês de início da apuração (f_1) até o mês final da apuração (f_n);

b. **$f = (1 + i)^n$** , onde: f = fator de correção mensal; i = percentual do índice de correção divulgado para o mês dividido por 100; n = quantidade de dias, considerando o mês comercial;

c. **$n = (Q_a/Q_t) \times 30$** , onde: n = quantidade de dias, considerando o mês comercial; Q_a = quantidade de dias no mês que fazem parte do período de apuração; Q_t = quantidade total de dias no mês.

11.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.9. O direito de reajuste precluirá após dois anos, contados, para o primeiro reajuste, da data estabelecida no orçamento estimado, e, para os demais, da data dos efeitos do último reajuste concedido, caso a CONTRATADA não o requeira dentro do respectivo período aquisitivo.

11.9.1. Ainda que no prazo estabelecido na [CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, ITEM 9](#), também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

11.10. O reajuste, se cabível, será realizado por apostilamento.

11.11. O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos, com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei n. 14.133/2021.



11.12. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

11.13. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As partes ajustam que o valor do presente contrato fica estipulado em R\$ 25.346.904,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e quatro reais).

12.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 5001;

II. Fonte de Recursos: 100000000;

III. Programa de Trabalho: 02.061.0033.4236.0001;

IV. Natureza de Despesa: 33.90.39;

V. Nota de Empenho: 2025NE112

VI. Valor da NE: R\$ 1.056.121,00 (um milhão, cinquenta e seis mil, cento e vinte e um reais)

VII. Data de Emissão da NE: 16/01/2025

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FATURAMENTO, DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO



13.1. Para efeitos de faturamento, liquidação e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar documento de cobrança com nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

- 13.1.1. Os documentos de cobrança deverão ser encaminhados pela CONTRATADA mediante peticionamento eletrônico, conforme [Instrução Normativa STJ/GDG n. 17 de 14 de junho de 2024](#).
- 13.2. O prazo para pagamento à CONTRATADA e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, inclusive as condições quanto ao faturamento e à liquidação.
- 13.3. Em relação aos serviços prestados no mês de dezembro, a CONTRATADA deverá emitir o documento fiscal até o final da primeira quinzena do mês e encaminhá-lo ao gestor do contrato, juntamente com toda a documentação obrigatória, para atesto do período de efetiva prestação de serviços e envio à Secretária de Orçamento e Finanças - SOF para liquidação e pagamento.
- 13.3.1. Excepcionalmente, e desde que o contrato seja continuado, o gestor poderá justificar a ausência de algum documento e encaminhar a nota fiscal para liquidação e pagamento, após regular autorização, sem prejuízo da posterior apresentação daquele.
- 13.3.2. Em janeiro do ano seguinte, o gestor deverá atestar o período restante e encaminhar o processo novamente à SOF, para o pagamento complementar, que deverá ser objeto de liberação somente após a apresentação de toda a documentação exigida mensalmente.
- 13.3.3. A emissão de faturamento parcial poderá ser solicitada ou não pelo CONTRATANTE, a depender das condições para finalizar o processo da despesa (liquidação e pagamento), não havendo obrigação contratual do pagamento parcial em dezembro.
- 13.4. A CONTRATADA poderá solicitar alteração do CNPJ do estabelecimento responsável pela execução do objeto da contratação e da respectiva cobrança de pagamento (matriz ou filial) mediante prévia justificativa documental reconhecida pelo CONTRATANTE.
- 13.4.1. Na hipótese da [CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, ITEM 4](#), os valores ajustados no contrato poderão ser revisados para corrigir eventual repercussão fiscal e tributária que proporcione ganho ou compensação a favor da CONTRATADA.
- 13.5. Ressalvada a exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 137 da Lei nº 14.133/2023, a CONTRATADA terá direito à extinção do contrato na hipótese de atraso superior a 90 dias, contados da emissão da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pelo CONTRATANTE por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos e de outras decorrentes da natureza jurídica do ajuste, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a. assumir, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- a.1. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- a.2. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos de que trata o item acima não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento.
- b. indicar e manter preposto aceito pelo CONTRATANTE no local de prestação do serviço para representá-la na execução do objeto;
- c. fornecer, a qualquer momento, todas as informações pertinentes ao objeto deste contrato que o CONTRATANTE julgue necessário conhecer ou analisar;
- d. atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- e. comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- f. paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada conforme a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- g. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais nestes empregados;
- h. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à administração ou terceiros, em virtude de dolo ou culpa de seus empregados, quando estiverem nas dependências do CONTRATANTE, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- i. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- j. promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- k. submeter seus empregados, durante a permanência nas dependências do CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, dando-lhes conhecimento formal, em especial, da Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de discriminação, disposta na [Instrução Normativa STJ/GP n. 17 de 14 de abril de 2023](#), e das regras constantes do [Código de Conduta do Superior Tribunal de Justiça](#), disciplinado pela Resolução STJ/GP n. 38 de 6 de dezembro de 2023.
- l. vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, nos termos do art. 3º da Resolução CNJ n. 7/2005;
- m. não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal, ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021 e da Resolução CNJ n. 7/2005, com a redação que lhe fora conferida pela Resolução CNJ n. 229/2016;
- n. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- o. não possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- p. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, conforme o art. 116 da Lei n. 14.133/2021;
- q. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação que ensejaram a contratação;
- r. entregar ao responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ou quando solicitado pelo CONTRATANTE, os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - Sicaf: prova de regularidade relativa à Seguridade Social; certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio, ou sede do contratado, quando for o caso; certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;



- s. possuir e manter, devidamente atualizado, banco de dados dos estagiários aprovados em processo seletivo para o CONTRATANTE.
- s.1. manter em ambiente virtual controlado, os registros individuais rastreáveis de tratamento realizados, com cada acesso, data, horário, para responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- s.1.1. na hipótese do disposto acima, os bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo CONTRATANTE nas hipóteses previstas na LGPD.
- t. possuir estrutura física situada no Distrito Federal, suficientemente aparelhada para prestar atendimento presencial, telefônico e por meio eletrônico, de maneira ágil e acessível, ao quantitativo de estagiários que possuam ou venham a ser contratados para atuarem no CONTRATANTE.
- u. intermediar a realização de estágio supervisionado no CONTRATANTE, cuja sede localiza-se em Brasília - DF, local em que o estudante realizará as atividades de estágio, fazendo-se necessária a prestação de atendimento presencial, além do telefônico e por meio eletrônico, ágil e acessível, ao quantitativo de estagiários que possuam ou venham a atuar no CONTRATANTE, bem como o acompanhamento da vida escolar dos estudantes.
- v. intermediar a realização de estágio supervisionado entre o CONTRATANTE e o seguinte público-alvo: estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior ou em escolas de educação especial, vinculados a instituições de ensino públicas e particulares localizadas na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.
- w. realizar, no Distrito Federal, processos seletivos presenciais e virtuais, quando solicitado, precedidos de edital público, com aplicação de provas objetivas e discursivas nos moldes exigidos pelo CONTRATANTE.
- x. disponibilizar Posto de Atendimento Avançado do agente de integração nas dependências do CONTRATANTE (localizado na Seção de Programas de Estágio, instalada no Prédio  Administração, 3º Andar), com a finalidade de prestar assessoramento técnico, de forma ininterrupta, de todas as atividades relacionadas à convocação, contratação e acompanhar  dos estagiários, além da prestação de atendimento aos estagiários do CONTRATANTE, bem como acompanhar a vida escolar dos estudantes, devendo funcionar 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, em dias úteis conforme calendário do CONTRATANTE;
- x.1. a CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo profissional alocado no Posto de Atendimento, incumbindo-se das despesas previdenciárias, trabalhistas e quaisquer outras decorrentes da execução dos serviços e ainda pelo transporte de seu pessoal de sua residência até as dependências do CONTRATANTE e vice-versa, para a realização dos serviços contratados.

x.1.1. a CONTRATADA deverá considerar, para o cálculo da receita institucional, os custos referentes ao profissional alocado no Posto de Atendimento.

x.2. a CONTRATADA será responsável pela guarda e conservação dos bens e instalações objetos da concessão de uso, primando pela manutenção, limpeza e higienização de dependências, instalações, equipamentos e utensílios colocados à sua disposição e arcando com o ônus decorrente de avaria, desaparecimento, inutilização ou fragmentação verificados, devendo repor os objetos perdidos ou danificados por outros da mesma marca e qualidade.

x.3. a CONTRATADA deverá arcar com custos relativos a material, equipamentos de informática e ligações telefônicas, além da taxa de cessão de uso especificada no item 24.3 do termo de referência.

y. manter convênio ou instrumento jurídico equivalente com Instituições públicas e privadas de ensino médio e superior do Distrito Federal e entorno que possuam portaria de funcionamento, bem assim portaria de autorização do curso, ambas emitidas pelo Ministério de Educação.

z. realizar o recrutamento e a seleção de estudantes nos processos seletivos divulgados para seleção de estagiários.

aa. emitir Termo de Compromisso de Estágio e/ou Termo Aditivo nas seguintes situações:

aa.1. para os estudantes selecionados.

aa.2. para o servidor do CONTRATANTE ou empregado terceirizado, a serviço do CONTRATANTE, que tenha interesse em realizar o estágio supervisionado não remunerado no CONTRATANTE, sem ônus ao CONTRATANTE.

aa.3. por ocasião de mudança de instituição de ensino dos estudantes.

aa.4. por ocasião de alterações ocorridas no decorrer do estágio dos estudantes, tais como prorrogação de estágio, mudança de horário, supervisor, unidade, atividades, etc.

ab. dar continuidade ao estabelecido nos Termos de Compromisso de Estágio vigentes.

ac. realizar o acompanhamento do estudante enquanto estagiário do CONTRATANTE, bem como da sua vida escolar junto à instituição de ensino.


ad. contratar seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, remunerado ou não, com cobertura de 24 horas por dia.



- ae. depositar, na conta bancária informada pelo estagiário, os valores relativos à bolsa-auxílio e ao auxílio-transporte.
- af. fornecer, a cada semestre letivo, arquivo digital contendo as seguintes informações dos estagiários ativos no CONTRATANTE: nome completo, data de nascimento, RG, CPF, endereço residencial, telefones de contato, instituição de ensino, área de formação/curso, semestre/ano que está matriculado, horário de aula, endereço eletrônico, dados bancários, dentre outros.
- ag. prestar assessoramento técnico, jurídico e administrativo ao CONTRATANTE, sempre que solicitado.
- ah. realizar exames médicos ocupacionais (admissional, periódico e demissional), constando anamnese ocupacional, exame físico e mental.
- ai. efetuar o desconto, na ocasião do repasse do pagamento aos estagiários, dos valores referentes a danos e prejuízos causados, nas dependências do CONTRATANTE, a equipamentos e/ou outros bens de propriedade deste, incluindo a não devolução do instrumento de identificação (crachá).
- aj. observar o disposto na Lei n. 11.788/2008 e na Instrução Normativa STJ/GP n. 6, de 1º/3/2019, bem como posteriores alterações, que estabelecem as regras para a prática de estágio supervisionado remunerado nas unidades do CONTRATANTE.
- ak. não substabelecer as obrigações assumidas.

14.2. Poderá o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a comprovação das condições referidas na alínea g desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1. Além de exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, previstas neste contrato e seus anexos, e de outras decorrentes da natureza do ajuste, d  o CONTRATANTE:

- a. proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, observadas as normas de segurança institucional do CONTRATANTE;

- b. emitir decisão sobre reajustamento de preços e reequilíbrio econômico-financeiro, respectivamente, nos prazos de 39 e de 76 dias úteis, e sobre as demais solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, no prazo de noventa dias corridos, todos os prazos a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- b.1. Os referidos prazos ficarão suspensos enquanto a contratada não cumprir as diligências do CONTRATANTE.
- c. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- d. receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este contrato;
- e. notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para ser por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- f. efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor incontroverso correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidos no Termo de Referência, anexo a este contrato;
- g. aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei, no edital de licitação e neste contrato;
- h. cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- i. notificar os emitentes das garantias contratuais, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- j. oferecer instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- k. celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o estudante, zelando por seu cumprimento;
- l. dispor de recursos financeiros para o planejamento, a execução e o acompanhamento das atividades pertinentes ao Programa de Estágio Remunerado;



- m. indicar servidor para orientar e supervisionar as atividades de estágio;
- n. acompanhar a realização do estágio supervisionado em parceria com o dirigente da unidade onde o estudante estiver desenvolvendo as atividades e com o supervisor do estágio;
- o. solicitar ao agente de integração contratado a realização de processo seletivo de estágio sempre que for identificada a necessidade, sendo, no máximo, quatro processos seletivos ao ano;
- p. elaborar e publicar editais para realização de processos seletivos de estágio;
- q. solicitar ao agente de integração contratado a substituição de estudantes, quando ocorrer desligamentos, a fim de que esse proceda à convocação de estudantes habilitados em processo seletivo;
- r. manter em arquivo informatizado e à disposição da fiscalização documentos que comprovem a situação dos estudantes contratados ou já desligados do estágio, bem como aqueles relativos à realização de exames médicos ocupacionais (admissional e demissional);
- s. cumprir todas as responsabilidades, como CONTRATANTE, indicadas no Termo de Compromisso de Estágio e nos Termos Aditivos.
- t. conceder recesso remunerado nos termos da Lei n. 11.788/2008 e conforme normas internas do CONTRATANTE;
- u. reduzir a jornada de estágio nos períodos de avaliação previamente informados pela instituição de ensino;
- v. solicitar aos supervisores a apresentação periódica de relatório de atividades de estágio;
- w. conceder bolsa-auxílio e auxílio-transporte aos estagiários, cujos valores serão fixados em ato específico, em conformidade com a carga horária do estágio e o nível do curso frequentado pelo estudante;
- x. acompanhar a frequência mensal dos estagiários;
- y. informar ao agente de integração a frequência do estudante para pagamento da bolsa-auxílio e do auxílio-transporte;
- z. repassar ao agente de integração os valores referentes à receita institucional;



- aa. repassar ao agente de integração os valores de bolsa-auxílio e de auxílio-transporte para crédito na conta bancária informada pelo estagiário;
- ab. dar conhecimento das normas que regulamentam o Programa de Estágio Remunerado no CONTRATANTE e das demais disposições pertinentes ao supervisor e ao estagiário;
- ac. comunicar o desligamento do estagiário ao agente de integração;
- ad. atuar em conjunto com a CONTRATADA, após a assinatura do contrato, para assegurar a regularidade e a continuidade dos serviços de intermediação da realização de estágio remunerado no CONTRATANTE;
- ae. incluir os estagiários no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e no Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais - PPRA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 16.1. As partes envolvidas no presente contrato deverão observar as disposições da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.
- 16.2. O CONTRATANTE figura na qualidade de Controlador de dados quando fornecidos à CONTRATADA para tratamento, sendo esta enquadrada como Operadora dos dados. A CONTRATADA será Controladora dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.
- 16.3. O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao mínimo necessário para a execução deste contrato, sendo observados:
 - a. a compatibilidade com a finalidade especificada;
 - b. o interesse público;
 - c. a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.
- 16.4. O CONTRATANTE tratará dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA para viabilizar a prestação dos serviços contratados, bem como o acesso às instalações físicas e aos sistemas de informação



essenciais ao desenvolvimento das atividades contratadas, além de cumprir com o dever legal de fiscalização na execução do contrato.

- 16.4.1. Os dados pessoais dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA, obtidos em razão desse contrato, poderão ser divulgados pelo CONTRATANTE com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.
- 16.5. A CONTRATADA está obrigada a guardar sigilo por si, por seus representantes, prepostos e colaboradores, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento ou ter acesso em razão do contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências de eventual tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto do contrato.
- 16.6. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados ao tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.
- 16.7. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da prestação dos serviços contratados, por inobservância à LGPD.
- 16.8. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a CONTRATANTE adote, se for o caso, as providências dispostas no art. 48 da LGPD.
- 16.9. Extinto o vínculo contratual ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da LGPD.
- 16.10. Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à CONTRATADA, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à fiscalização para que decida previamente sobre a questão.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. A CONTRATADA será responsabilizada, nos termos da Lei n. 14.133/2021, pelas seguintes infrações:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao contratante ou ao funcionamento dos serviços públicos, ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações descritas na [CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA, ITEM 1](#) as seguintes sanções:

- a. advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato de obrigação principal ou acessória de pequena relevância, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- a.1. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais, ou formais que não impactem objetivamente a execução do contrato e não causem prejuízos à administração.
- b. multa moratória de 0,5% por dia de atraso na execução do objeto contratado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto neste, até o limite de trinta dias
- c. multa moratória de 0,5% a 1% conforme detalhamento a seguir:

Obrigação/Conduta	Prazo	Multa	Base de cálculo
Deixar de adotar e/ou executar de maneira inadequada procedimentos relativos ao recrutamento e seleção de estagiários;	por dia de atraso, a contar do descumprimento da obrigação assumida, conforme prazos acordados no contrato	0,5% por ocorrência	Valor mensal do contrato a título de receita institucional

Descumprir as datas acordadas ou negociadas de qualquer fase de realização do processo seletivo;	por dia de atraso, a contar do descumprimento da obrigação assumida, conforme prazos acordados no contrato	0,5% por ocorrência	Valor mensal do contrato a título de receita institucional
Emitir Termo de Compromisso de Estágio ou Termo Aditivo em desacordo com as solicitações do STJ ou fora do prazo estipulado no contrato, bem como deixar de observar os prazos de renovação;	por dia de atraso, a contar do descumprimento da obrigação assumida, conforme prazos acordados no contrato	0,5% por ocorrência	Valor mensal do contrato a título de receita institucional
Deixar de comparecer a reuniões, palestras, <i>workshops</i> ou eventos de qualificação profissional agendados previamente com o CONTRATANTE, salvo se por motivo de força maior ou caso fortuito previamente comunicados;	por dia de atraso, a contar do descumprimento da obrigação assumida, conforme prazos acordados no contrato	0,5% por ocorrência	Valor mensal do contrato a título de receita institucional
Deixar de acompanhar a situação escolar dos estudantes, com a periodicidade mínima exigida pelo Tribunal, bem como não adotar as providências cabíveis nos casos irregulares em tempo hábil;	por dia de atraso, a contar do descumprimento da obrigação assumida, conforme prazos acordados no contrato	0,5% por ocorrência	Valor mensal do contrato a título de receita institucional
Deixar de contratar seguro contra acidentes pessoais em favor de cada estagiário, com cobertura de 24 horas/dia, no momento da contratação.	por dia de atraso, a contar do descumprimento da obrigação assumida, conforme prazos acordados no contrato	0,5% por ocorrência	Valor mensal do contrato a título de receita institucional
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	por dia de atraso, a contar do descumprimento da obrigação assumida, conforme prazos acordados no contrato	1% por ocorrência	Valor mensal do contrato a título de receita institucional
Atrasar, deixar de pagar, pagar indevidamente ou deixar de corrigir eventuais erros no repasse da bolsa-	por dia de atraso, a contar do descumprimento da obrigação assumida, conforme prazos acordados no contrato	1% por ocorrência	Valor mensal do contrato a título de receita institucional

auxílio e do auxílio-transporte nas datas ajustadas;			
Deixar de assegurar condições técnicas, físicas e operacionais necessárias ao funcionamento adequado do Posto de Atendimento Avançado nas dependências do STJ, bem como de disponibilizar preposto da instituição contratada, titular e substituto.	por dia de atraso, a contar do descumprimento da obrigação assumida, conforme prazos acordados no contrato	1% por ocorrência	Valor mensal do contrato a título de receita institucional

d. multa moratória de 0,07%, por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, observado o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

d.1. A sanção prevista acima será substituída em impedimento de licitar e contratar com a União, na hipótese de o atraso na assinatura do contrato, decorrente da não entrega do seguro-garantia, provocar a solução de continuidade do objeto, por culpa exclusiva da adjudicatária.

e. multa compensatória de 20% sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial do objeto, caso haja interesse do CONTRATANTE na continuidade da execução do contrato, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato relativo à receita institucional, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;

f. multa compensatória de 30% sobre o valor total da Receita Institucional prevista no contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto, caso não haja interesse do CONTRATANTE na continuidade da execução do contrato em razão de descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, o que ensejará a extinção do contrato, conforme dispõe o inciso I do art. 138 da Lei n. 14.133, de 2021.

g. impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de três anos, observado a dosimetria fixada no art. 10 da [Instrução Normativa STJ/GDG n. 10 de abril de 2023](#), quando praticadas as condutas descritas nas alíneas [b](#), [c](#) e [d](#) da [CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA, ITEM 1](#), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

h. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, conforme a gravidade da infração e o prejuízo causado em decorrência das irregularidades constatadas, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas [e](#), [f](#), [g](#) e [h](#) da [CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA, ITEM 1](#), bem como nas alíneas [b](#), [c](#) e [d](#) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

- 17.3. A sanção, o índice e a base de cálculo da alínea b da [CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA, ITEM 2](#) serão aplicados nos atrasos injustificados dos serviços de assistência técnica, no período de garantia, e da substituição do produto defeituoso dentro do período de validade/garantia, caso previstos neste contrato.
- 17.4. Na hipótese de o limite máximo de atraso previsto alínea b da [CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA, ITEM 2](#) ser atingido, o gestor manifestará sobre o interesse na continuidade da contratação.
- 17.5. O atraso superior a trinta dias autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
- 17.6. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados, e realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se a [Instrução Normativa STJ/GDG n.10 de abril de 2023](#) e o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 17.6.1. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 17.7. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a. o direito ao contraditório e à ampla defesa;
 - b. os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da vedação ao *bis in idem*;
 - c. as causas excludentes de culpabilidade;
 - d. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - e. as peculiaridades do caso concreto;
 - f. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - g. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;



h. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle e as diretrizes da Resolução CNJ n. 410, de 23 de agosto de 2021;

i. o custo e benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.

17.8. O valor da multa aplicada, observada a seguinte ordem, será:

a. descontado dos pagamentos devidos pela Administração;

b. pago por meio de guia de recolhimento da União - GRU;

c. descontado do valor da garantia prestada, se for o caso;

d. cobrado judicialmente.

17.8.1. O CONTRATANTE pode, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor presumido da multa concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

17.8.1.1. O valor da multa cautelarmente retido será liberado à CONTRATADA no prazo máximo de dez dias úteis, após o provimento do recurso ou da reconsideração da decisão que aplicou a penalidade.

17.8.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de dez dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.8.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada mediante GRU, descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.8.4. Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes deste contrato ou de outros firmados com a CONTRATADA, conforme o parágrafo único do art. 161 da Lei n. 14.133/2021, e na forma do art. 8º da Instrução Normativa Seges/ME n. 26/2022.



- 17.9. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato.
- 17.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 17.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/2021.
- 17.12. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 17.13. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo quinze dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 18.1. A CONTRATADA entregou, em 23/01/2025, seguro-garantia no valor de R\$ 15.953,23 (quinze mil, novecentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos), correspondente a 5% sobre o valor anual da Receita Institucional prevista no contrato acrescido do valor contábil dos bens arrolados no Relatório [5900214](#), de acordo com o item 18.2. e com as modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei n. 14.133/2021.
- 18.1.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a CONTRATADA deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 18.1.2. Em caso de opção por caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização, a CONTRATADA deverá apresentá-la, no prazo máximo de dez dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.
- 18.1.3. Os prazos podem ser prorrogados, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

18.2. Será acrescido ao valor da garantia o valor de R\$ 203,23 (duzentos e três reais e vinte e três centavos) referentes aos bens arrolados no Relatório [5900214](#), dos quais a CONTRATADA será depositária.

18.3. A garantia, independentemente da modalidade escolhida, terá validade durante a vigência do contrato e assegurará o pagamento de:

- a. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;
- c. prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d. indenizações decorrentes do inadimplemento da CONTRATADA.

18.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução, ou o adimplemento pela administração.

18.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.



18.6. A apólice do seguro-garantia apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

18.6.1. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste contrato mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

18.6.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou aniversário do contrato, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente, que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto na [CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA, ITEM 7](#).

18.6.3. No caso de renovação, a modalidade seguro-garantia será somente aceita se contemplar todos os eventos indicados na [CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA, ITEM 3](#), observada a legislação que rege a matéria.



- 18.7. Caso opte pela modalidade de garantia caução em dinheiro, a CONTRATADA manterá conta específica para o depósito de valores oferecidos em garantia/caução referentes exclusivamente a contratos firmados com o CONTRATANTE.
- 18.7.1. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 18.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 18.9. A garantia, na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador ao benefício de ordem, a que se refere o art. 827 do Código Civil.
- 18.10. A CONTRATADA autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 18.11. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 18.11.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 18.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora dessa vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n. 662, de 11 de abril de 2022.
- 18.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qual  obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de dez dias úteis, contados da data em que for notificada. 
- 18.13. A garantia será somente liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 18.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE para apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

18.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

19.1. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses estabelecidas nos arts. 137, 138 e 139 da Lei n. 14.133/2021, o que a CONTRATADA declara conhecer.

19.2. Na hipótese de a CONTRATADA dar causa à extinção, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela tenha direito.

19.3. Quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa da CONTRATADA, esta será constituída em mora, com a consequente aplicação das sanções administrativas cabíveis.

19.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, caso o pedido da CONTRATADA tenha sido formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS ALTERAÇÕES

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de um mês.

20.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por sin, apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÍCIOS

21.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

21.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do CONTRATANTE.

21.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

21.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da CONTRATADA (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

21.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

21.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como seu Portal de Transparência.



CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. A presente contratação precedida da Licitação n. 90111/2024, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com fundamento na Lei n. 14.133/2021, na Lei Complementar n. 123/2006, e no Decreto n. 8.538/2015 na autorização constante do Processo STJ 21049/2024, e nas condições da Proposta apresentada pela CONTRATADA em 09/01/2025, razão pela qual integram este ajuste.

24.1.1. A lavratura deste contrato foi autorizada por meio do ato [5990794](#).

24.2. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

24.3. A CONTRATADA declara que recebeu, está de acordo e aceita como ANEXO(S) e parte integrante e inseparável deste contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos, o(s) link(s) citado(s) neste contrato, que está(ão) individualmente identificado(s) pelo número atribuído pelo sistema eletrônico do CONTRATANTE (SEI) exclusivamente para esse fim.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado, é lavrado o presente instrumento no Sistema Eletrônico de Informações do Superior Tribunal de Justiça (SEI/STJ), após lido e assinado eletronicamente pelas partes.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

Secretário de Administração
Superior Tribunal de Justiça

JULIO CÉSAR DA SILVA

Procurador
Centro de Integração Empresa Escola - CIEE



ANEXO I DO CONTRATO - TERMO DE CESSÃO DE USO

Cessão, a título precário e oneroso, do uso das dependências e instalações do Superior Tribunal de Justiça para instalação do posto de atendimento avançado do agente de integração, para assessoramento técnico de todas as atividades relacionadas a convocação, contratação e acompanhamento dos estagiários, além da prestação de atendimento aos estagiários.

O Superior Tribunal de Justiça, órgão integrante do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 00.488.478/0001-02, com sede no SAF Sul, Quadra 6, Lote 01, Brasília-DF, neste ato representado por seu Secretário de Administração, **RUI MOREIRA DE OLIVEIRA**, nomeado pela Portaria n. 467, de 22 de agosto de 2024, publicada no DOU de 23 de agosto de 2024, denominado CEDENTE, e o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, inscrito no CNPJ sob o n. 61.600.839/0001-55, sediado na Rua Tabapuã, 445, Itaim Bibi, São Paulo/SP, designada CESSIONÁRIA, neste ato representada por seu Procurador, **JULIO CÉSAR DA SILVA**, conforme os poderes constantes na procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo STJ/SEI n. 021049/2024 e em observância às disposições da Lei n. 9.636, de 15 de maio de 1998, no Decreto n. 3.725, de 10 de janeiro de 2001, Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, **RESOLVEM CELEBRAR** o presente termo de cessão de uso, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO 90.111/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto deste termo a cessão, a título precário e oneroso, do uso das dependências e instalações do Superior Tribunal de Justiça para instalação do posto de atendimento avançado do agente de integração, com a finalidade de prestar assessoramento técnico, de forma ininterrupta, de todas as atividades relacionadas à convocação, contratação e acompanhamento dos estagiários, além da prestação de atendimento aos estagiários do Superior Tribunal de Justiça, conforme subitem 18.1.9 do Termo de Referência.
- 1.2. A CESSIONÁRIA assume, inclusive para efeitos de Código de Defesa do Consumidor - Lei n. 8.078/1990, toda e qualquer responsabilidade pela atividade exercida na cessão de uso e pelos serviços contratados, sem quaisquer ônus para o CEDENTE.
- 1.3. Faz parte deste termo, independentemente de transcrição, o disposto no Termo de Referência 0158/2024 - versão 8 ([5898017](#)) e no Edital de Pregão Eletrônico 90.111/2024.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS

- 2.1. O espaço cedido objeto desse Termo está localizado nas dependências do CEDENTE, no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 01, Brasília-DF, conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (m²)
Posto de atendimento avançado do agente de integração, equivalente a uma estação de trabalho	Seção de Programas de Estágio - 5 SEPES - Prédio da Administração 3º Andar	

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 3.1. Ao receber a área objeto deste ajuste, a CESSIONÁRIA assinará Termo de Responsabilidade elaborado pelo CEDENTE que integrará este Termo de Cessão de Uso para todos os efeitos.
- 3.2. Ocorrendo a necessidade da realização de obras de adaptação, a CESSIONÁRIA poderá continuar em funcionamento, de forma precária.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

- 4.1. O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 23/01/2025, podendo ser prorrogado sucessivamente por até dez anos, na forma prevista nos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021, desde que cumpridos requisitos periódicos de renovação especificados no Contrato e segundo o interesse do CEDENTE.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DA TAXA DE UTILIZAÇÃO

- 5.1. A CESSIONÁRIA deverá ressarcir ao CEDENTE, a título de taxa de utilização, o valor mensal de R\$ 261,10 (duzentos e sessenta e um reais e dez centavos), bem como o valor de rateio das despesas de água e esgoto, energia elétrica, manutenção das instalações prediais, vigilância, conservação e limpeza e o valor das despesas de ligações dos ramais externos colocados à sua disposição pelo CEDENTE, de acordo com a planilha constante do subitem 24.3.1 do Termo de Referência.
- 5.2. As despesas de rateio serão calculadas na forma do [ANEXO I, ITEM 7.1](#) deste ajuste.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

- 6.1. A taxa de utilização a ser paga pela CESSIONÁRIA, a título de remuneração mensal pelo uso das dependências do CEDENTE, será fixa e irreajustável no prazo de um ano contado da data de início da vigência do presente Termo de Cessão de Uso.
- 6.2. Após o interregno de um ano, a taxa de utilização poderá ser reajustada mediante negociação entre as partes tendo como limite a variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



- 6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, o reajustamento poderá ser calculado pela última variação conhecida (aferição parcial), aplicando-se a diferença correspondente tão logo seja divulgado o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.5. Nas aferições finais, o reajuste terá como limite a variação acumulada definitiva do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período.
- 6.6. O reajuste será calculado a partir da variação apurada pelo fator de correção monetária (FCM), considerando-se as seguintes fórmulas:
- 6.6.1. $Pr = P + (P \times I)$, onde: Pr = preço reajustado (após o reajuste); P = preço atual (antes do reajuste); I = índice de preços acumulado no período, de forma que $(P \times I)$ significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.
- 6.6.2. $I = (FCM - 1)$, onde: I = índice de preços acumulado no período; FCM = fator de correção monetária acumulado no período, calculado, por sua vez, mediante as seguintes fórmulas:
- 6.6.2.1. $FCM = (f1 \times f2 \times \dots \times fn)$, onde: f1 a fn correspondem aos fatores de correção monetária do mês de início da apuração (f1) até o mês final da apuração (fn);
- 6.6.2.2. $f = (1 + i)^n$, onde: f = fator de correção mensal; i = percentual do índice de correção divulgado para o mês dividido por 100; n = quantidade de dias, considerando o mês comercial;
- 6.6.2.3. $n = (Qa/Qt) \times 30$, onde: n = quantidade de dias, considerando o mês comercial; Qa = quantidade de dias no mês que fazem parte do período de apuração; Qt = quantidade total de dias no mês.
- 6.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado legislação então em vigor.
- 6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.9. O reajuste, se cabível, será realizado por apostilamento.



7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PELA CESSIONÁRIA

7.1. Mensalmente serão cobrados os valores referentes à taxa de utilização e às despesas com:

7.1.1. Água e esgoto: considerando uma estimativa de uma pessoa e um consumo diário de 50 litros/pessoa, será cobrado o consumo mensal correspondente a 2,20 m³, multiplicado pelo valor da tarifa atualizada da CAESB, na categoria COMERCIAL, INDUSTRIAL e PÚBLICA, correspondente ao consumo na faixa acima de 40m³;

7.1.2. Energia elétrica: consumo correspondente a 75,59 kwh no período fora de ponta (das 8h às 18h), 4,84 kwh no período de ponta (das 18h às 21h) e 1kw de demanda, multiplicados pelo valor da tarifa atualizada da NEONERGIA;

7.1.3. Manutenção ar condicionado: valor de R\$ 1,85 (um real e oitenta e cinco centavos) por m²;

7.1.4. Vigilância: valor de R\$ 9,14 (nove reais e quatorze centavos) por m²;

7.1.5. Limpeza e conservação: valor de R\$ 5,52 (cinco reais e cinquenta e dois centavos) por m².

7.1.6. Telefone, conforme consumo apurado com ligações externas realizadas nos aparelhos instalados no local destinado ao posto de atendimento, conforme relatório a ser apresentado pela área competente do CEDENTE

7.2. A CESSIONÁRIA deverá efetuar o pagamento em moeda corrente nacional até o quinto dia útil após o recebimento da Guia de Recolhimento da União (GRU) emitida pelo CEDENTE.

7.3. Os comprovantes de recolhimento deverão ser apresentados ao gestor do Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia após a data limite para o referido recolhimento.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Além das demais obrigações expressamente previstas neste Termo de Cessão de Us Contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá a CESSIONÁRIA:

a. assumir todas as despesas e providências necessárias à legalização e ao funcionamento da atividade de ajuste (licença, alvarás, autorizações, etc.);

b. efetuar o pagamento de tributos e eventuais multas aplicadas por autoridade federal, estadual ou municipal, relacionadas à atividade explorada;



- c. usar as áreas objeto deste Termo de Cessão exclusivamente para a instalação de unidade administrativa necessária aos serviços, sendo proibido emprestá-la, cedê-la, no todo ou em parte, sem prévio expresso consentimento do CEDENTE;
- d. manter a área cedida em perfeitas condições de asseio, com todas as suas instalações em funcionamento e ressarcir o CEDENTE de qualquer dano decorrente do uso inadequado;
- e. respeitar as normas regimentais e regulamentares do CEDENTE, acatando prontamente as instruções fornecidas;
- f. identificar os funcionários em serviço com uso permanente de crachá;
- g. informar a Secretaria de Polícia Judicial do Tribunal a quantidade e os dados pessoais dos funcionários que trabalharão na área cedida para fins de cadastramento;
- h. responder pelos danos e/ou prejuízos causados ao CEDENTE ou a terceiros, seja por omissão, seja por dolo ou culpa, ou em decorrência da execução por seus funcionários e/ou prepostos, ou ainda, decorrente de atividades desvinculadas das atribuições previstas neste Termo de Cessão de Uso;
- i. cumprir as normas de segurança interna, inclusive quanto ao acesso e controle do seu pessoal às dependências do CEDENTE, prestando informações sobre toda e qualquer ocorrência ou anormalidade que possa comprometer a segurança de bens e pessoas;
- j. orientar seus profissionais quanto à responsabilidade pela guarda do crachá de identificação pessoal fornecido pelo CEDENTE;
- j.1. no caso de dano ou extravio do crachá de identificação referido no item anterior, o fato deverá ser comunicado imediatamente à área de segurança do CEDENTE e implicará o ressarcimento, por parte do usuário responsável, do custo de reposição de novo instrumento, em favor de CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL, por meio de guia de Recolhimento da União (GRU);
- k. comunicar imediatamente ao gestor da cessão de uso, a ocorrência de qualquer acontecimento extraordinário envolvendo danos às áreas ocupadas, suas instalações e equipamentos;
- l. assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos de relação empregatícia, pois não haverá qualquer solidariedade entre o CEDENTE e a CESSIONÁRIA quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados;



- m. prever a instalação, exclusivamente dentro do espaço delimitado, dos equipamentos, totens de sinalização e mobiliários necessários ao seu funcionamento, inclusive as áreas que porventura venham a ser ocupadas por assentos e filas de espera;
- n. manter, durante todo o período de vigência do Termo, todas as condições que ensejaram a contratação.
- o. o CEDENTE poderá exigir que a CESSIONÁRIA entregue a área nas mesmas condições que recebeu, conforme Termo de Responsabilidade a ser firmado entre as partes que passará a integrar o termo para todos os efeitos;
- p. a guarda, conservação e manutenção de todo mobiliário utilizado no interior do recinto será de responsabilidade da CESSIONÁRIA;

8.2. Poderá o CEDENTE, a qualquer tempo, exigir da CESSIONÁRIA a comprovação das condições referidas na alínea n do item acima.

8.3. O CEDENTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de reponsabilidade da CESSIONÁRIA para outras entidades.

8.4. Além das demais obrigações previstas neste Termo de Cessão de Uso e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá o CEDENTE:



- a. proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da CESSIONÁRIA às dependências do CEDENTE, observadas as normas de segurança institucional.
- b. colocar à disposição da CESSIONÁRIA os espaços destinados à execução dos serviços, bem como os móveis, equipamentos e utensílios relacionados no Relatório [5900214](#).

8.5. O CEDENTE não se responsabilizará, em nenhuma hipótese, por perda, extravio ou dano a qualquer utensílio, equipamento ou material de propriedade da CESSIONÁRIA, destinado à execução do objeto desta avença, sendo de sua exclusiva responsabilidade a guarda e conservação.




9. CLÁUSULA NONA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CESSIONÁRIA será responsabilizada nos termos da Lei n. 14.133/2021 pelas seguintes infrações administrativas:

- a. dar causa à inexecução parcial do Termo de Cessão de Uso que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - b. dar causa à inexecução total do Termo de Cessão de Uso;
 - c. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do Termo de Cessão de Uso;
 - d. praticar ato fraudulento na execução do Termo de Cessão de Uso;
 - e. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - e.1. agir em desconformidade com a lei;
 - e.2. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do ajuste;
 - e.3. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.
- 9.2. Serão aplicadas à CESSIONÁRIA que incorrer nas infrações descritas no [ANEXO I, ITEM 9.1](#) as seguintes sanções:
- a. advertência, quando à CESSIONÁRIA der causa à inexecução parcial de obrigação principal ou acessória de pequena relevância pactuada no ajuste, caso não se justifique a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021;
 - a.1. considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais, ou formais que não impactem objetivamente a execução do ajuste e não causem prejuízos à administração.
 - b. multa moratória de 1% sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado no não recolhimento das taxas de utilização e dos rateios no prazo previsto no [ANEXO I, ITEM 7.2](#) d 
 - c. multa moratória de 1% sobre o valor da taxa mensal de utilização, a partir do primeiro dia útil após a data fixada para a respectiva execução contratual ou prazo estipulado em Notificação de Regularização do CEDENTE, pelo atraso injustificado na execução do Termo de Cessão de Uso ou descumprimento de qualquer um dos itens deste Termo, até o limite de 5%. 
 - d. multa compensatória de 20% sobre o valor total da taxa de utilização correspondente ao período de vigência do ajuste, no caso de inexecução total ou parcial do objeto, caso não haja interesse do CEDENTE na continuidade da execução do ajuste em razão de descumprimento pela

CESSIONÁRIA de qualquer das condições avençadas, o que ensejará a rescisão unilateral do ajuste, conforme dispõe o inciso I do art. 138 da Lei n. 14.133, de 2021.

- e. impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas [a](#) e [b](#) do [ANEXO I, ITEM 9.1](#), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito União, pelo prazo máximo de dois anos;
- f. declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas [c](#), [d](#) e [e](#) do [ANEXO I, ITEM 9.1](#), bem como nas alíneas [a](#) e [b](#), que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 9.3. Na hipótese de o limite máximo de atraso, previsto nas alíneas [b](#) e [c](#) do [ANEXO I, ITEM 9.2](#), ser atingido, o gestor deve se manifestar o interesse na cessão do espaço.
- 9.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CEDENTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do ajuste com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato.
- 9.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/21.
- 9.6. Todas as sanções previstas neste ajuste poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 9.7. A aplicação das sanções previstas neste ajuste não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CEDENTE.
- 9.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CESSIONÁRIA, observando-se a Instrução Normativa STJ/GDG n. 10 de abril de 2023 e o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei  14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.10. Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - o direito ao contraditório e à ampla defesa;
 - II - os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da vedação ao bis in idem;
 - III - as causas excludentes de culpabilidade;
 - IV - a natureza e a gravidade da infração cometida;

V - as peculiaridades do caso concreto;

VI - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

VII - os danos que dela provierem para o Tribunal;

VIII - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

IX - o custo e benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.

9.10.1. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle e as diretrizes da Resolução CNJ n. 410, de 23 de agosto de 2021.

9.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133/021, ou em outras leis de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.12. A personalidade jurídica da CESSIONÁRIA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste ajuste ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CEDENTE, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.13. O CEDENTE deverá, no prazo máximo quinze dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO

10.1. Além das previsões contidas no contrato, poderá ocorrer a extinção deste termo:

10.2. Para atender interesse público que não permita a continuidade da atividade desempenhada pela cessionária ou, ainda, na superveniência de norma legal, regimental ou regulamentar que o torne material ou formalmente inexecutável.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



11.1. A Coordenadoria de Programas e Política de Gestão de Pessoas e a Seção de Programas de Estágio serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do presente ajuste, procedendo ao registro de eventuais ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

11.2. A ação de fiscalização não exonera a CESSIONÁRIA de suas responsabilidades contratuais.

11.3. Para dirimir as questões oriundas do presente Termo de Cessão de Uso, fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado, é lavrado o presente instrumento no Sistema Eletrônico de Informações do Superior Tribunal de Justiça (SEI/STJ), após lido e assinado eletronicamente pelas partes.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

Secretário de Administração
Superior Tribunal de Justiça

JULIO CÉSAR DA SILVA

Procurador
Centro de Integração Empresa Escola - CIEE



Documento assinado eletronicamente por **Júlio César da Silva, Usuário Externo**, em 23/01/2025, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rui Moreira de Oliveira, Secretário de Administração**, em 23/01/2025, às 16:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6004369** e o código CRC **AF21**.

